



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 14ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 10/5/22		
Horário de início: 13h31min	Horário de encerramento: 13h58min	
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo e com a presença da vereadora Fernanda Pereira Altoé e dos vereadores Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Gabriel e Jorge Santos, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Registre-se a presença do vereador Nikolas Ferreira, suplente do vereador Gabriel.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 13ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária, realizadas em e 3/5 e 5/5/22.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 196/21 - “Dispõe sobre o Programa de Dignidade Menstrual”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 13, de 1/9/21.

Aprovado, com voto contrário do vereador Irlan Melo, o parecer do relator, vereador Gabriel, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nº 3 e pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 e 2.

Registre-se que a vereadora Fernanda Pereira Altoé estava impedida de votar, por ser autora da Emenda nº1.

2) Projeto de Lei nº 210/21 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadores Wanderley Porto, Álvaro Damião, Gabriel, Henrique Braga, Jorge Santos, Juninho Los Hermanos, Marcos Crispim, vereadora Nely Aquino, e vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

Aprovado por unanimidade o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 e 2, com apresentação de subemenda.

Registre-se que os vereadores Jorge Santos, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Gabriel não participaram da votação, por serem autores do projeto de lei.

3) Projeto de Lei nº 217/21 - “Estabelece diretrizes para as exposições justificativas de aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo”. Autoria: vereador Nikolas Ferreira.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

Deferido.

EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 254/22 - “Estabelece normas de Governança Pública e Gestão de Riscos para gestão fiscal, orçamentária e do desempenho da receita e da despesa do Município de Belo Horizonte, e dá outras



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

providências”. A autoria: vereadores Wilsinho da Tabu, José Ferreira, vereadora Professora Marli e vereadora Rubão.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Lei nº 308/22 - “Autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, a doarem o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal”. A autoria: vereadores Gabriel, Marcos Crispim, vereadora Nely Aquino, vereadores Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto.

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, ilegalidade, e regimentalidade, com apresentação de emendas.

Registre-se que os vereadores Gabriel e Reinaldo Gomes Preto Sacolão estavam impedidos de votar, por serem autores do projeto.

6) Projeto de Lei nº 309/22 - “Dispõe sobre diretrizes e ações para execução, no âmbito do Município de Belo Horizonte, da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências”. A autoria: vereador Wesley.

Aprovado por unanimidade o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

7) Projeto de Lei nº 319/22 - “Altera a Lei nº 8.616/3, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”. A autoria: vereadores Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, vereadora Nely Aquino e vereador Wanderley Porto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Registre-se que os vereadores Gabriel e Reinaldo Gomes Preto estavam impedidos de votar, por serem autores do projeto.

O vereador Nikolas Ferreira retirou-se da reunião.

8) Projeto de Lei nº 320/22 - “Concede reajustes remuneratórios aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 21, de 18/4/22.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

9) Projeto de Lei nº 323/22 - “Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Léo.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Gabriel, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emendas.

10) Projeto de Lei nº 325/22 - “Institui o Índice das Condições Social Familiar dos Estudantes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

Aprovada por unanimidade a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

Às 13h44min, o presidente suspendeu a reunião por 3 minutos.

Às 13h47min, os trabalhos foram retomados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

11) Projeto de Lei nº 326/22 - “Dispõe sobre o procedimento de transparência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em relação a aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

Aprovada por unanimidade a proposta de diligência - pedido de informação por escrito apresentada pelo relator, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

EM REDAÇÃO FINAL: Foram aprovados por unanimidade os pareceres de redação final sobre os seguintes projetos: 12) Projeto de Lei nº 141/21 - “Institui a Política de Transparência nas Obras Públicas Municipais”. Autoria: vereador Braulio., 13) Projeto de Lei nº 244/21 - “Passa a denominar-se Centro de Saúde Marielle Franco, o Centro de Saúde Vila Cemig no Bairro Vila Cemig”. Autoria: vereador Iza Lourença e 14) Projeto de Lei nº 250/22 - “Dá o nome de Rua José Lessa à rua Três no bairro Cidade Jardim Taquaril”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

EM TURNO ÚNICO: 15) Projeto de Lei nº 271/22 - “Dá o nome de Otair Antônio do Nascimento à Rua Itahaem, no Bairro Piratininga”. Autoria: vereador Flávia Borja.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela juridicidade e pela aprovação.

16) Projeto de Lei nº 296/22 - “Dá o nome de Jornalista Paulo Heneine à Rua Quatro Mil Duzentos e Vinte e Dois, no Bairro Mantiqueira”. Autoria: vereador Léo.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

O vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão assumiu a presidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

17) Projeto de Lei nº 306/22 - “Dá o nome de Praça Bonsucesso ao Espaço Livre de Uso público - ELUP - no bairro Conjunto Bonsucesso”. Autoria: vereador Irlan Melo.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Jorge Santos.

Registre-se que o vereador Irlan Melo estava impedido de votar, por ser autor do projeto de lei.

O vereador Irlan Melo reassumiu a presidência.

18) Projeto de Lei nº 313/22 - “Dá nome ao Centro de Saúde que menciona no Bairro São Gabriel”. Autoria: vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

Aprovado por unanimidade a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Jorge Santos.

Registre-se que o vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão não participou da votação por ser autor do projeto de lei.

19) Projeto de Lei nº 317/22 - “Dá o nome de Helena Maria Bhering da Silva à Via de Pedestre que dá acesso as Ruas Maria Toledo Paiva e Av. Da Rede, no bairro São Gabriel”. Autoria: vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

Aprovado por unanimidade a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Irlan Melo..Registre-se que o vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão não participou da votação, por ser autor do projeto de lei.

20) Projeto de Lei nº 322/22 - “Dá o nome de Dr. José Domingos ao Centro de Saúde que especifica, no Bairro das Indústrias I”. Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Gabriel.

O vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão assumiu a presidência.

21) Projeto de Lei nº 324/22 - “Dá nova denominação ao Parque das Mangabeiras, localizado no bairro Mangabeiras”. Autoria: vereadores Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Dr. Célio Frois, Gabriel, Gilson Guimarães, Irlan Melo, vereadora Nely Aquino, vereadores Nikolas Ferreira, Professor Claudiney Dulim, Professor Juliano Lopes, vereadora Professora Marli, vereadores Walter Tosta, Wanderley Porto e Wilsinho da Tabu.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Jorge Santos.

Registre-se que o vereador Irlan Melo não estava impedido de votar, por ser autor do projeto.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento do ofício Dirleg nº 1.517/22 que convida a Comissão de Legislação e Justiça para a audiência pública da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas para discutir o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2023, no dia 25/5/22, às 10 horas, no Plenário Camil Caram.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

